

A ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Emerson da Silva Oliveira¹; Alisson Slider do Nascimento de Paula²; Emile Téta Ferreira³; Maria Edvania Ferreira Lima⁴; Joaquim Eduardo Ferreira de Castro⁵.

¹Educação Física, CCS, UVA, emersonsilveirapst@gmail.com

²Docente/Pesquisador/CCS/UVA, alisson_slider@uvanet.br

³Educação Física, CCS, UVA, emileteta14@gmail.com

⁴Educação Física, CCS, UVA, edivaniaferreira278@gmail.com

⁵Educação Física, CCS, UVA, joaquim.castro3@aluno.ce.gov.br

Introdução

O presente trabalho se apoia nas convicções de Antonio Gramsci sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), que em resumo, são instituições que, embora formalmente externas ao Estado, atuam na produção e disseminação de consensos, orientando políticas públicas e práticas sociais de acordo com os interesses das classes dominantes, desempenhando papel central na manutenção da hegemonia no Estado ampliado. A importância do tema reside na necessidade de compreender como os Aparelhos Privados de Hegemonia exercem influência sobre o planejamento e implementação das políticas de gestão educacional e em que medida eles alteram o significado da educação pública com base em seus interesses.

Assim, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a atuação dos Aparelhos Privados Ideológicos no planejamento e implementação das políticas de gestão da educação, destacando como essa atuação contribui para a transformação da educação de direito social em negócio.

Metodologia

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa por considerá-la a mais adequada para compreender fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando a interpretação e os significados atribuídos pelos sujeitos. Este estudo apresenta uma natureza bibliográfica, uma vez que será desenvolvida com base na análise de produções acadêmicas, tais como livros, artigos científicos, teses e documentos que abordam a educação enquanto direito social, sua mercantilização e a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) no âmbito das políticas públicas educacionais. Além disso, a pesquisa está fundamentada no materialismo histórico-dialético, permitindo compreender o fenômeno investigado em sua totalidade, suas mediações e contradições.

Resultados e discussão

A compreensão do Estado, na teoria marxista, tem como ponto de partida as análises desenvolvidas por Marx e Engels desde o Manifesto do Partido Comunista e aprofundadas em obras que examinam as lutas de classe e os processos revolucionários do século XIX. Nesses escritos, o Estado é entendido como um processo histórico vinculado à consolidação da grande indústria e do mercado mundial, assumindo a função de expressão política dos interesses da classe burguesa. (PEREIRA, 2011).



Nessa acepção, Gramsci desenvolveu sua reflexão sobre o Estado a partir das transformações históricas do capitalismo europeu no período entre guerras, buscando compreender formas mais complexas de dominação. Embora preservando elementos centrais da teoria marxista do Estado, como seu caráter de classe e o movimento repressivo, Gramsci promove uma atualização conceitual ao evidenciar o papel da hegemonia na articulação entre sociedade política (O Estado) e sociedade civil, ampliando a compreensão do Estado para além do seu sentido nas teorias marxistas. (COUTINHO, 1984; 1994, *apud* PEREIRA, 2011).

Para Adams e Pfeifer (2006), a principal inovação de Gramsci para a teoria política está na sua análise das sociedades ocidentais, marcadas por uma maior complexidade do Estado e pela ampliação da participação política na vida social. O autor percebe o surgimento de uma nova esfera de atuação política, formada por organismos que não integram diretamente o Estado, mas que exercem papel central na construção do consenso. Nesse sentido, o Estado já não atua de forma exclusivamente coercitiva, como havia sido identificado anteriormente por Marx e Engels, mas que mantém um equilíbrio dialético entre sociedade política e sociedade civil, no qual se desenvolvem relações baseadas tanto na coerção quanto no consenso, na dominação e na direção política. Partindo desse pressuposto, o conceito Estado Ampliado de Gramsci, está diretamente associado ao surgimento da sociedade civil, que constroem o consenso e a hegemonia cultural através de organismos privados.

Gramsci denomina esses organismos de Aparelhos Privados de Hegemonia, destacando seu caráter privado, a adesão voluntária da população e a predominância da persuasão em suas práticas, sem o uso direto da repressão. Entre esses aparelhos, incluem-se sindicatos, partidos políticos de massa, organizações profissionais, escolas, a Igreja e os meios de comunicação, que passam a atuar de forma decisiva na disputa pela hegemonia.

De acordo com Hoeveler (2019), o conceito de aparelhos de hegemonia, desenvolvido a partir das reflexões de Antonio Gramsci, se mostra um campo fértil de investigação histórica e social. Ele permite analisar a atuação de diferentes entidades, associações e instituições que participam da construção e da disputa da hegemonia, principalmente das classes subalternas. No Brasil, esse conceito vem sendo cada vez mais abordado por pesquisadores das ciências humanas, especialmente historiadores vinculados ao referencial marxista e gramsciano, interessados em investigar como esses aparelhos operam na produção do consenso e na direção política e cultural da sociedade.

Em síntese, os Aparelhos Privados de Hegemonia são instituições que, embora formalmente externas ao Estado, atuam na produção e disseminação de consensos, orientando políticas públicas e práticas sociais de acordo com os interesses das classes dominantes, desempenhando papel central na manutenção da hegemonia no Estado ampliado.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia se manifestam em diversos contextos, inclusive, segundo Nunes (2021), na privatização da educação pública, incluindo na definição da agenda educacional, provocando preocupação em relação a modificação do sentido da educação prevista por lei pela Constituição Federal vista como direito e dever a ser provido pelo Estado. Essa preocupação decorre do fato de que a educação tem sido cada vez mais capturada pela lógica mercantil, subordinada à lógica do lucro, o que culminou na transferência de recursos orçamentários do Estado para o setor privado.

Nesse contexto, reafirmar a educação como direito social, torna-se fundamental para a defesa de um caráter público, democrático e emancipatório. O Art. 205. da Constituição Federal declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com uma tripla finalidade, o desenvolvimento como indivíduo, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. Assim, a educação não pode ser reduzida à mercadoria ou serviço submetido exclusivamente à lógica do mercado, pois constitui um direito que integra o conjunto das garantias sociais previstas no Art. 6. da Constituição Federal e que são indispensáveis à construção de uma sociedade democrática e menos desigual,

Conclusões

Em síntese, a presente pesquisa permite perceber que os Aparelhos Privados de Hegemonia exercem papel estratégico na organização do consenso e na organização política da sociedade e também exercem influência sobre o campo educacional, especialmente no planejamento e na

implementação das políticas de gestão, incidindo diretamente sobre o sentido da educação pública, contribuindo para sua reconfiguração de seu sentido seguindo a lógica mercantil, contrastando com seu reconhecimento como direito social garantido constitucionalmente. Diante disso reafirma-se a necessidade de fortalecer a defesa da educação como um direito público, democrático e voltado à formação crítica dos sujeitos, e não como um negócio orientado pelo lucro.

Palavras-Chave: Aparelhos Privados de Hegemonia, Educação, Estado, Mercantilização.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. O Estado ampliado de Gramsci. **Revista Mosaico Social**, ano 3, n. 3, p. 239–248, dez. 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- HOVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145–159, ago./dez. 2019.
- KOIVISTO, Juha; BOLLINGER, Stefan. Hegemonic Apparatus. **Historical Materialism**, v. 17, n. 2, p. 301–308, jan. 2009.
- NUNES, José Almir Viana. Aparelhos privados de hegemonia e discursos privatistas no Ensino Médio amapaense. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 156-186, maio/ago. 2021.
- PEREIRA, Thiago Barreto Bacellar. A hegemonia em Antonio Gramsci: controvérsias nas interpretações do conceito central de um pensamento clássico e contemporâneo. **MARX E O MARXISMO 2011: TEORIA E PRÁTICA**, 2011.